



ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEAMENTO DA FAMÍLIA

ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEAMENTO DA FAMÍLIA

RELATÓRIO E CONTAS

2020

Índice

Balanço	4
Demonstração dos Resultados por Naturezas	5
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios.....	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	7
Anexo	8
1. Identificação da Entidade	8
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	8
3. Principais Políticas Contabilísticas	8
3.1. Bases de Apresentação	8
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	10
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	15
5. Ativos Fixos Tangíveis	15
6. Ativos Intangíveis.....	17
7. Locações.....	18
8. Financiamentos Obtidos	18
9. Inventários	19
10. Rédito.....	19
11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	20
12. Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	20
13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio	20
14. Imposto sobre o Rendimento	20
15. Benefícios dos empregados.....	21
16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	21
17. Outras Informações	22
17.1. Investimentos Financeiros	22
17.2. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	23
17.3. Clientes e Utentes.....	24
17.4. Outras contas a receber.....	24
17.5. Diferimentos	26
17.6. Outros Ativos Financeiros.....	26
17.7. Caixa e Depósitos Bancários	26
17.8. Fundos Patrimoniais	27
17.9. Fornecedores.....	27

17.10. Estado e Outros Entes Públicos	28
17.11. Outras Contas a Pagar	28
17.12. Outros Passivos Financeiros	29
17.13. Subsídios, doações e legados à exploração	29
17.14. Fornecimentos e serviços externos	29
17.15. Outros rendimentos e ganhos	30
17.16. Outros gastos e perdas	31
17.17. Resultados Financeiros	31
17.18. Acontecimentos após data de Balanço	31
18. -Breve comparação orçamento para 2020 e resultados no final do exercício	32
19. -Indicadores de Gestão	33
20. -Conclusões	36

Balanço

ASSOCIAÇÃO PARA A PLANEAMENTO DA FAMÍLIA

NIF: 500989575

Balanço em 31 de dezembro de 2020

(em euros)

Rubrica	Notas	2020	2019
ATIVO			
<i>Ativo não corrente</i>			
Ativos fixos tangíveis	5	8 345,97	9 185,03
Bens do património histórico e cultural			
Ativos intangíveis	6	67,17	313,24
Investimentos financeiros	17.1	11 198,01	6 538,01
Fundadores/ beneméritos /patrocinadores/ doadores/ associados/ membros	17.2	17 216,99	6 543,14
Outros créditos e ativos não correntes			
Total ativo não corrente		36 828,14	22 579,42
<i>Ativo corrente</i>			
Inventários	9	4 512,01	5 021,12
Créditos a receber	17.3	(12 188,36)	5 231,98
Estado e outros entes públicos	17.10	87 312,48	85 894,49
Fundadores/ beneméritos /patrocinadores/ doadores/ associados/ membros			
Diferimentos	17.5	46 917,50	4 707,20
Outros ativos correntes	17.4	521 875,27	690 081,80
Caixa e depósitos bancários	17.7	175 334,41	36 419,00
Total ativo corrente		823 763,31	827 355,59
Total ativo		860 591,45	849 935,01
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
<i>Fundos Patrimoniais</i>			
Fundos	17.8	112 665,66	112 665,66
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	17.8	(88 530,38)	(257 105,59)
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	17.8	75 631,10	74 445,00
Resultado líquido do período	17.8	21 883,06	168 575,21
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
Total fundos patrimoniais		121 649,44	98 580,28
<i>Passivo</i>			
<i>Passivo não corrente</i>			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar			
Total passivo não corrente			
<i>Passivo corrente</i>			
Fornecedores	17.9	(14 476,01)	4 236,83
Estado e outros entes públicos	17.10	372 192,84	342 827,45
Fundadores/ beneméritos /patrocinadores/ doadores/ associados/ membros	17.2		11 375,00
Financiamentos obtidos	8	83 628,99	90 301,57
Diferimentos	17.5	65 404,07	83 284,31
Outros passivos correntes	17.11	232 192,12	219 329,57
Total passivo corrente		738 942,01	751 354,73
Total passivo		738 942,01	751 354,73
Total fundos patrimoniais e passivo		860 591,45	849 935,01

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Demonstração dos resultados por naturezas em 31 de dezembro de 2020

(em euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2020	2019
Vendas e serviços prestados	10	100 021,87	64 841,14
Subsídios, doações e legados à exploração	12	1 606 597,08	1 344 325,09
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(14 782,78)	(1 393,22)
Fornecimentos e serviços externos	17.14	(543 557,89)	(548 771,15)
Gastos com o pessoal	15	(1 154 322,26)	(725 951,10)
Ajustamento de inventários (perdas / reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	17.3	(4 706,25)	(1 310,15)
Provisões (aumentos / reduções)			
Provisões específicas (aumentos / reduções)			
Outras imparidas (perdas/reversões)			
Aumentos / reduções de justo valor			
Outros rendimentos	17.15	142 844,81	128 761,61
Outros gastos	17.16	(107 296,42)	(88 243,33)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		24 798,16	172 258,89
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5+6	(2 915,10)	(3 683,68)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamentos e impostos)		21 883,06	168 575,21
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos		21 883,06	168 575,21
Imposto sobre o rendimento do período	14		
Resultado líquido do período		21 883,06	168 575,21

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

ASSOCIAÇÃO PARA A PLANEAMENTO DA FAMÍLIA

NIF: 500989575

Demonstração das alterações do capital próprio em 31 de Dezembro de 2020

(em euros)

Movimentos do período	Notas	Capital realizado	Resultados transitados	Outras variações no CP	Resultado líquido do período	TOTAL	TOTAL do Capital Próprio
Posição no início do período 2020	1 17.8	112 665,66	(257 105,59)	74 445,00	168 575,21	98 580,28	98 580,28
Alterações do período:							
Outras alterações reconhecidas no CP					(168 575,21)		
	2				(168 575,21)	(168 575,21)	(168 575,21)
Resultado líquido do período	3		168 575,21		21 883,06	190 458,27	190 458,27
Resultado integral	4=2+3		168 575,21		(146 692,15)	21 883,06	21 883,06
Operações com detentores de CP:							
Outras operações				1 186,10			
	5			1 186,10		1 186,10	1 186,10
Posição no fim do período 2020	6=1+2+3+5	112 665,66	(88 530,38)	75 631,10	21 883,06	121 649,44	121 649,44

Legenda:

AFT = Activo Fixo Tangível

AI = Activo Intangível

CP = Capital Próprio

Demonstração dos Fluxos de Caixa

ASSOCIAÇÃO PARA A PLANEAMENTO DA FAMILIA

NIF: 500989575

Fluxos de caixa de 1 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020

(em euros)

Rubrica	Notas	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		(1 442 040,03)
Recebimentos de clientes e utentes		126 828,14
Pagamentos de subsídios		
Pagamentos de apoios		
Pagamentos de bolsas		
Pagamentos a fornecedores		(150 771,29)
Pagamentos ao pessoal		(755 608,26)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		
Outros recebimentos/pagamentos		(662 488,62)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		(1 442 040,03)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		(1 829,97)
Pagamentos respeitantes a:		(1 829,97)
Ativos fixos tangíveis		(1 829,97)
Ativos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros ativos		
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis		
Ativos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros ativos		
Subsídios ao investimento		
Juros e rendimentos similares		
Dividendos		
Fluxos de caixa das atividades de investimento		(1 829,97)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		1 582 785,41
Recebimentos provenientes de:		1 666 945,32
Financiamentos obtidos		1 629 700,54
Realização de fundos		
Cobertura de prejuízos		
Doações		37 244,78
Outras operações de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		(84 159,91)
Financiamentos obtidos		(84 159,91)
Juros e gastos similares		
Dividendos		
Reduções de fundos		
Outras operações de financiamento		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		1 582 785,41
Variação de caixa e seus equivalentes		138 915,41
Caixa e seus equivalentes no início do período		36 419,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período	17.7	175 334,41

Anexo

1. Identificação da Entidade

A Associação para o Planeamento da Família é uma instituição sem fins lucrativos, com sede na Rua Eça de Queiroz, n.º 13 – 1.º, Lisboa. Tem como missão contribuir para que as pessoas possam fazer escolhas livres e responsáveis na sua vida sexual e reprodutiva incluindo a promoção da parentalidade positiva.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2020 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da APF e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2011, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de janeiro de 2011.

Assim, a APF preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela APF na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e às expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo nem a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” (Notas 17.4 e 17.11) e “Diferimentos” (Nota 17.5)

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da APF, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das

políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “*Ativos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a APF espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à APF a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a APF tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estejam em condições de serem utilizados, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A APF revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, encontrando-se espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

3.2.2. Bens do património histórico e cultural

Não Aplicável.

3.2.3. Propriedades de Investimento

Não Aplicável.

3.2.4. Ativos Intangíveis

Os “*Ativos Intangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “*Despesas de investigação*” incorridas com novos conhecimentos técnicos. As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a APF demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O valor residual de um “*Ativo Intangível*” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, excepto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.5. Investimentos financeiros

Não aplicável.

3.2.6. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A APF adota como método de custeio dos inventários o custo médio.

3.2.7. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “*Instrumentos Financeiros*” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;

- Direitos decorrentes de um contrato de seguro excepto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, excepto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela APF estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “*Clientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas, no Balanço, das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a APF avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.9. Provisões

Periodicamente, a APF analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a APF reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um fluxo de saída que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a APF reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir fluxo de saída de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da APF.

Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na APF por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “*Fornecimentos e Serviços Externos*”.

3.2.11. Estado e Outros Entes Públicos

A APF está isenta do pagamento de IRC nos termos do nº1 do artº10 do código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC).

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da APF dos anos de 2015 a 2019 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

As alterações nas estimativas e erros materialmente relevantes foram regularizadas por contrapartida de contas de resultados transitados, as restantes por contrapartida de gastos e/ou rendimentos de exercícios anteriores.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	4
Equipamentos biológicos	
Equipamento administrativo	7
Outros activos fixos tangíveis	10

31 de Dezembro de 2019						
Descrição	Saldo em 01/01/2019	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Transferências	Correções	Saldo em 31/12/2019
Custo						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	6.392,95	-	-	-	-	6.392,95
Equipamento básico	4.675,70	2.103,45	-	-	-	6.779,15
Equipamento de transporte	81.124,99	-	-	-	-	81.124,99
Equipamento administrativo	41.852,93	-	-	-	-	41.852,93
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-
Activos fixos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-
Outros activos fixos tangíveis	2.263,56	-	-	-	-	2.263,56
Total	136.310,13	2.103,45	-	-	-	138.413,58
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	6.273,00	120,00	-	-	(0,05)	6.392,95
Equipamento básico	925,23	734,39	-	-	1.227,60	2.887,22
Equipamento de transporte	81.124,99	-	-	-	-	81.124,99
Equipamento administrativo	38.279,36	2.345,61	-	-	(3.099,85)	37.525,12
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-
Outros activos fixos tangíveis	2.320,40	179,71	-	-	(1.201,84)	1.298,27
Total	128.922,98	3.379,71	-	-	(3.074,14)	129.228,55

31 de Dezembro de 2020						
Descrição	Saldo em 01/01/2020	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Transferências	Correções	Saldo em 31/12/2020
Custo						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	6.392,95	-	-	-	-	6.392,95
Equipamento básico	6.779,15	-	-	-	-	6.779,15
Equipamento de transporte	81.124,99	-	-	-	-	81.124,99
Equipamento administrativo	41.852,93	1.829,97	-	-	-	43.682,90
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-
Activos fixos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-
Outros activos fixos tangíveis	2.263,56	-	-	-	-	2.263,56
Total	138.413,58	1.829,97	-	-	-	140.243,55
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	6.392,95	-	-	-	-	6.392,95
Equipamento básico	2.887,22	734,36	-	-	-	3.621,58
Equipamento de transporte	81.124,99	-	-	-	-	81.124,99
Equipamento administrativo	37.525,12	1.754,96	-	-	-	39.280,08
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-
Outros activos fixos tangíveis	1.298,27	179,71	-	-	-	1.477,98
Total	129.228,55	2.669,03	-	-	-	131.897,58

6. Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2019						
Descrição	Saldo em 01/01/2019	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Transferências	Correções	Saldo em 31/12/2019
Custo						
Goodwill	-	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de computador	8.889,22	-	-	-	881,00	9.770,22
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
Outros activos fixos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Portal Online	36.809,50	-	-	-	(402,05)	36.407,45
Total	45.698,72	-	-	-	478,95	46.177,67
Depreciações acumuladas						
Goodwill	-	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de computador	7.865,73	303,97	-	-	1.287,28	9.456,98
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
Outros activos fixos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Portal Online	36.815,69	-	-	-	(408,24)	36.407,45
Total	44.681,42	303,97	-	-	879,04	45.864,43

31 de Dezembro de 2020						
Descrição	Saldo em 01/01/2020	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Transferências	Correções	Saldo em 31/12/2020
Custo						
Goodwill	-	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de computador	9.770,22	-	-	-	-	9.770,22
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
Outros activos fixos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Portal Online	36.407,45	-	-	-	-	36.407,45
Total	46.177,67	-	-	-	-	46.177,67
Amortizações acumuladas						
Goodwill	-	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de computador	9.456,98	246,07	-	-	-	9.703,05
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
Outros activos fixos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Portal Online	36.407,45	-	-	-	-	36.407,45
Total	45.864,43	246,07	-	-	-	46.110,50

7. Locações

A APF detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

Descrição	2020		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia escriturada
Terrenos e recursos naturais	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-
Equipamento de transporte	17.325,00	17.325,00	-
Equipamento administrativo	-	-	-
Equipamentos biológicos	-	-	-
Outros activos fixos tangíveis	-	-	-
Total	17.325,00	17.325,00	-

8. Financiamentos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Em 31 de Dezembro de 2020, os planos de reembolso da dívida da APF, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	2020	2019
Correntes		
Empréstimos Bancários		
Empréstimo MONTEPIO GERAL - EMPR.000-37.000326-1	-	-
Cartão de Crédito		
Cartão de crédito BCP - VISA (pagamento a 100%)	-	-
Cartão de crédito BCP - American Express (pagamento a 100%)	(961,80)	(698,43)
Cartão de crédito Montepio - VISA (pagamento a 100%)	936,90	-
Financiamentos de projetos		
Município Albufeira	(2 996,86)	-
Comissão Europeia	1 650,75	-
Outros empréstimos		
IPPF	85 000,00	91 000,00
Total	83 628,99	90 301,57
TOTAL FINANCIAMENTOS OBTIDOS	83 628,99	90 301,57
Empréstimos de fundadores e beneméritos		
João Lavinha	-	11 375,00
Total	-	11 375,00
TOTAL FINANCIAMENTO EXTERNO	-	11 375,00

9. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2020 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01/01/2019	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31/12/2019	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31/12/2020
Matérias primas e consumíveis	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
Produtos acabados	-	-	-	-	-	-	-
Mercadorias	6.584,10	30,14	(199,90)	5.021,12	-	55.012,67	45.251,01
...							
TOTAL	6.584,10	30,14	(199,90)	5.021,12	-	55.012,67	45.251,01
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				1.393,22			14.782,78
Variações nos inventários da produção					-		-

Foi realizado, no final do exercício, uma contagem de inventário para se apurar os valores finais.

10. Rédito

O rédito na APF corresponde ao rendimento resultante da sua atividade comercial e/ou relacionado com esta.

Para os períodos de 2019 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2019				2020			
	Valor Nominal	Valor reconhecido	Valor Diferido	Valor de acréscimo	Valor Nominal	Valor reconhecido	Valor Diferido	Valor de acréscimo
Venda de bens	1.393,22	1.393,22	-	-	4.754,35	4.754,35	-	-
Materiais	1.393,22	1.393,22			4.754,35	4.754,35		
Prestação de serviços	63.447,92	63.447,92	-	-	95.267,52	95.267,52	-	-
Formação	2.670,50	2.670,50			4.600,00	4.600,00		
Serviços	985,00	985,00			73.400,00	73.400,00		
Atendimentos	4.040,00	4.040,00			9.270,00	9.270,00		
Workshops e cursos	52.907,95	52.907,95			3.475,00	3.475,00		
Quotas e Joias	1.670,00	1.670,00			1.754,85	1.754,85		
Outros	1.174,47	1.174,47			2.767,67	2.767,67		
Juros	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros de empréstimos								
Juros de actualização de valor								
Royalties	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	64.841,14	64.841,14	-	-	100.021,87	100.021,87	-	-

11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não aplicável.

12. Subsídios do Governo e apoios do Governo

No decorrer do exercício de 2020, a APF recebeu os seguintes valores referentes a rubrica de “*Subsídios do Governo*” e “*Apoios do Governo*”:

Descrição	Resultado 2020
Subsídios/Protocolos	
DGS	155.826,66
SICAD	112.092,83
Segurança Social	450.086,25
ACM	19.813,98
SECI - PT2020/EMES	722.200,97
Câmara Municipal de Lisboa	20.348,37
Câmara Municipal do Funchal	21.540,00
Câmara Municipal de Matosinhos	52.122,79
Câmara Municipal de Albufeira	2.996,86
Câmara Municipal de Faro	4.005,63
IA Saúde Madeira	5.000,00
Câmara Municipal de Portimão	11.880,00
IEFP	21.314,86
IPPF	7.367,88
Total	1.606.597,08

13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

14. Imposto sobre o Rendimento

Não aplicável.

15. Benefícios dos empregados

A relação do número médio de pessoas ao serviço da APF ao longo dos últimos 5 anos é a seguinte.

31-12-2015	31-12-2016	31-12-2017	31-12-2018	31-12-2019	31-12-2020
25	25	29	35	37	54

Os gastos que a APF incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2020	2019
Gastos com Pessoal		
Vencimentos mensais	696 381,64	490 544,81
Subsídio férias	126 662,02	17 117,96
Subsídio natal	53 683,22	45 286,42
Subsídio de alimentação	46 856,62	34 372,47
Ajudas de custo	323,88	810,57
Gratificações e prémios	878,80	120,00
Outros subsídios	1 307,00	2 863,61
Indemnizações	7 352,42	
Encargos sobre remunerações	211 993,35	123 894,92
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	7 654,12	6 219,20
Medicina no Trabalho		2 216,14
Formação	1 094,79	2 505,00
Outros gastos	134,40	
Total	1 154 322,26	725 951,10

A 31 de dezembro de 2020 a APF possuía 54 funcionários, estando à data da apresentação deste relatório com 61 funcionários. Numa ótica de gestão a APF em 2020 aumentou o número de funcionários para a integração de projetos no PT2020, mantendo a contratação de prestadores de serviço para a execução de projetos pontuais.

16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

À data de 31 de dezembro de 2020, nos termos do Decreto-Lei 534/80, a APF apresentava em dívida os valores referentes à TSU de novembro, DMR de janeiro a novembro e as retenções independentes de abril a novembro. Em relação às dívidas à Autoridade tributária foram criados planos de pagamento no início de janeiro de 2021. Em relação à Segurança Social, foram de imediato liquidados os valores em janeiro de 2021. Assim, a 31 de janeiro de 2021 e à data da apresentação deste relatório a APF não apresenta qualquer dívida ativa ao Estado, encontrando-se os valores liquidados ou em planos prestacionais.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da APF, a 31/12/2020, perante a Segurança Social e Administração Fiscal se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1. Investimentos Financeiros

A conta dos investimentos financeiros apresentada no balanço é composta por:

Investimentos financeiros	2020	2019
Outros investimentos financeiros		
FGCT/FCT	11 198,01	6 538,01
Total	11 198,01	6 538,01

O FGCT/FCT (Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho e Fundo de Compensação do Trabalho) são de adesão obrigatória (código do trabalho) e a sua constituição é feita mensalmente e calcula-se através de uma percentagem da retribuição de cada trabalhador. Destina-se, juntamente com o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), a assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade (50%) da compensação devida pelo empregador, por cessação do contrato de trabalho. Esta medida abrange os trabalhadores cujos contratos de trabalho sejam celebrados após entrada em vigor da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, ou seja, 1 de outubro de 2013.

17.2. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

Durante o ano de 2020, a APF beneficiou das seguintes doações, patrocínios e quotas:

Descrição	2020
Fundadores/associados/membros-Em curso	
Doadores - Em curso	
<i>Espécie</i>	
Apolónia Supermercado SA	30 676,12
Hotmanagement – Exploração e Gestão Hoteleira, Lda.	6 096,00
Delícias de Portimão	1 570,00
Restaurante Quintinha Estrela Sensata, Lda	3 625,20
Sistemas Mcdonalds Portugal	69,60
SOON - business solutions	134,82
Núria Cláudia Silva Mendoza	500,27
AlfaPrint - Artes Gráficas, Lda.	7 508,16
RB Healthcare Lda	40 739,00
Farmácia Chafariz, Soc. Unip. Lda	47,25
<i>Numerário</i>	
Donativos/Consultas/Eventos (Valores <50,00€)	1 193,06
Consumidor Final	3 846,76
Miguel Santos Nunes Areosa Feio	50,00
Bayer Portugal, Lda	10 000,00
Federação Portuguesa de Futebol	6 249,58
Merck Sharp & Dohme, Lda.	10 000,00
Fundação Vodafone Portugal	12 129,40
Sociedade terras de São João, Ida	450,00
Patrocinadores	
Bayer Portugal, Lda	3 900,00
Quotas	3 339,81
Total	142 125,03

A 31/12/2020, os saldos em aberto com os fundadores, patrocinadores, doadores e associados apresentava o seguinte detalhe:

SALDOS AGREGADOS Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/ membros	Saldo 2020 a favor APF	Saldo 2020 devido pela APF
Doadores – em curso	14 018,99	0,00
Patrocinadores	3 198,00	0,00
Total	17 216,99	0,00

Em contas desta natureza, os saldos têm naturalmente tendência a ser a favor da Instituição. A Instituição processa os valores (das quotas, patrocínios, donativos), normalmente através da emissão de faturas e estes saldos ficarão pendentes até serem liquidados.

17.3. Clientes e Utentes

A conta dos valores a receber de clientes apresenta o seguinte detalhe:

Clientes e Utentes	Saldo 2020	Saldo 2019
Conta-corrente	18 578,68	7 060,77
Adiantamento de clientes	(24 232,00)	-
Perdas por imparidade acumuladas	(6 535,04)	(1 828,79)
Valor líquido clientes e utentes	(12 188,36)	5 231,98

Um saldo positivo nesta conta, representa o valor que os clientes devem à APF. O contraste entre o saldo de 2019 e 2020, deve-se aos adiantamentos de clientes.

As dívidas de clientes em mora há mais de 6 meses foram analisadas. Pelo valor que já não se espera receber, contabilizou-se a potencial perda através da constituição de imparidades. Se, eventualmente essa situação se reverter e os clientes em mora quitarem as dívidas que têm para com a APF, a contabilização da perda, será revertida.

17.4. Outras contas a receber

A rubrica “*Outras contas a receber*” tinha, em 31 de dezembro de 2020, a seguinte decomposição:

Outras contas a receber	Valor
Reembolsos Financiadores	487 302,52
Acréscimos de rendimentos-Direitos de Autor	506,68
Acréscimos de rendimentos-Rendimentos Operacionais	362,88
Outros devedores	6 156,11
Pagamentos não identificados	863,99
Total	495 192,18

A conclusão mais evidente é o peso dos reembolsos dos financiadores na estrutura desta conta (cerca de 98%). O diferimento entre o pagamento dos valores atribuídos e a sua atribuição está evidenciada neste saldo. Detalhando por entidade:

Detalhe dos reembolsos de financiadores a receber	Valor
Reembolsos Financiadores-EME	243 648,92
Reembolsos Financiadores-BIPZIP	2 848,37
Reembolsos Financiadores-Banda Larga Norte	41 953,27
Reembolsos Financiadores-Banda Larga Alentejo	(480,19)
Reembolsos Financiadores-RIO	27 843,64
Reembolsos Financiadores-Outros projetos, atividades finan	(569,84)
Reembolsos Financiadores-Outros projetos, atividades finan	5 000,00
Reembolsos Financiadores-Festivais de Verão - IPDJ	3 830,70
Reembolsos Financiadores-100+Preconceito	4 710,23
Reembolsos Financiadores-Daphnes	37 880,92
Reembolsos Financiadores-4you	4 210,00
Reembolsos Financiadores-CAP Alentejo	48 720,00
Reembolsos Financiadores-Gender ABC	26 059,26
Reembolsos Financiadores-Subsídios, Medidas e Fundo Seg	27 752,19
Reembolsos Financiadores-Gabinetes de Apoio à Vitima	5 176,64
Reembolsos Financiadores-IEFP	8 718,41
Total	487 302,52

A utilização e existência desta conta prende-se com a regra de especialização dos exercícios. Rendimentos e gastos devem ser reconhecidos no ano a que dizem respeito, independentemente dos seus fluxos financeiros.

Voltando ao quadro principal das outras contas a receber, observamos a existência da rubrica “Pagamentos não identificados” com um montante de 863,99€ que tem vindo a ser regularizado.

17.5. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2020, os saldos em maior detalhe da conta “diferimentos”:

Descrição	2020
Gastos a reconhecer:	
Renda Escritório-Sede e DR Lisboa - Rua Eça de Queiroz nº13 1º andar	1 150,00
Renda Escritório-CAP	1 747,66
Renda Escritório-DR CENTRO - Rua Palácio da Justiça n5 3060-208 Cantanhede	225,00
Renda Escritório-DR ALENTEJO	606,90
Aluguer Equipamento	186,05
Seguro viaturas	418,83
Seguro multirisco	47,79
Outros seguros	1 796,27
Inventário/Mercadorias	40 739,00
Total	46 917,50
Rendimentos a reconhecer:	
Projeto-CAP Norte	7 625,80
Projeto-Proximus	8 333,34
Projeto-Aquém e Além Margens	10 000,00
Projeto-Outros projetos, atividades financiadas e de autofinanciamento SEDE	10 500,00
Projeto-Outros projetos, atividades financiadas e de autofinanciamento NORTE	5 528,47
Projeto-Outros projetos, atividades financiadas e de autofinanciamento CENTRO	309,00
Projeto-Retorno Assistido EMES	12 213,46
Projeto-CAP Alentejo	10 894,00
Total	65 404,07

A utilização e existência desta conta prende-se com a regra de especialização dos exercícios. Rendimentos e gastos devem ser reconhecidos no ano a que dizem respeito, independentemente dos seus fluxos financeiros.

17.6. Outros Ativos Financeiros

Não aplicável.

17.7. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2019 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldos:

	Saldo 2019	2020		Saldo 2020
		Débitos	Créditos	
Caixa	1 454,09	39 761,55	38 772,43	2 443,21
Depósitos a Ordem	34 964,91	2 213 938,59	2 076 012,30	172 891,20
Total	36 419,00	2 253 700,14	2 114 784,73	175 334,41

17.8. Fundos Patrimoniais

O fundo patrimonial constitui o interesse residual das ESNL nos ativos depois de deduzir os passivos. Nas ESNL, o fundo patrimonial compõe-se, dos fundos atribuídos pelos fundadores da entidade ou terceiros, pelos fundos acumulados e outros excedentes, bem como pelos subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Os Fundos Patrimoniais tiveram a seguinte evolução no decorrer do ano de 2020:

Fundos patrimoniais	Saldo a 01/01/2020	Aumentos	Reduções	Saldo a 31/12/2020
Fundos	112 665,66	-	-	112 665,66
Resultados transitados	(257 105,59)	168 575,21	-	(88 530,38)
Outras variações nos fundos patrimoniais	74 445,00	1 219,98	33,88	75 631,10
Resultado líquido do exercício	168 575,21	21 883,06	168 575,21	21 883,06
Total	98 580,28	191 678,25	168 609,09	121 649,44

Na rubrica “Outras variações nos fundos patrimoniais” destaca-se o valor de €75.000,00 de subsídio para investimento referentes à carta de compromisso emitida, assinada e aprovada pela Secretaria de Estado para a Cidadania e Igualdade tendo em vista a aquisição de cinco veículos ligeiros para servir de apoio às equipas regionais multidisciplinares especializadas (EME’s). (Ao valor dos €75.000 foi subtraído, por decisão da gestão, um valor de 555 euros de um donativo em espécie, passando a conta a ter um saldo de €74.445).

O valor será reconhecido como um subsídio atribuído a partir do momento em que os equipamentos sejam adquiridos, de acordo com a sistematização e periodização prevista no normativo legal.

Nesta mesma rúbrica destaca-se ainda, a atribuição de um subsídio para aquisição de computadores, sendo que o reconhecimento do mesmo como rendimento, está indexado ao reconhecimento das depreciações do próprio ativo. Evidenciar também a redução que se observou na rúbrica “Resultados transitados” de 257.105,59€ negativos para 88.530,38€ também negativos, para isto o resultado líquido do período de 2019 teve um peso considerável.

17.9. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” apresenta o seguinte saldo:

Descrição	2020	2019
Fornecedores-Conta-corrente	(14 476,01)	4 236,83

O saldo negativo obtido em 2020, justifica-se por valores pagos e que a data de relato a APF ainda não tinha na sua posse as respetivas faturas, sendo que estas já foram solicitadas e obtidas as mesmas, os saldos serão regularizados.

17.10. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Estado e outros entes públicos	Saldo a favor da APF	Saldo devido pela APF
Retenção de impostos sobre rendimentos (IRS)	0,00	153 077,25
IVA - Imposto sobre o valor acrescentado	0,00	3 545,04
Contribuições para a segurança social	0,00	117 146,88
Fundo garantia salarial	0,00	10 923,37
Outras tributações	0,00	187,82
Total	0,00	284 880,36

Conforme indicado na nota 16, a APF tinha em dívida à data de 31 de dezembro de 2020 os impostos referentes às Retenções dependentes (DMRs), Retenções independentes e Taxa Social Única (TSU). Esses impostos em dívida foram já pagos e transformados em planos prestacionais no início do ano de 2021. Desta forma, a APF, à data da entrega do relatório, não detém qualquer dívida para com o estado. Os saldos apresentados, no que toca à conta da Segurança Social, não se apresenta correto, pois aguardamos, ainda hoje, por uma resposta da parte da mesma entidade acerca da aplicação dos valores retidos no decorrer dos anos anteriores a 2019, não sendo possível regularizar a conta corretamente, de forma a apresentar o valor correto em dívida.

A rubrica EOEP em 31 de dezembro de 2020 e 2019 apresenta os seguintes saldos:

Estado e outros entes públicos	2020	2019
Retenção de impostos sobre rendimentos (IRS)	153 077,25	110 620,65
IVA - Imposto sobre o valor acrescentado	3 545,04	(519,77)
Contribuições para a segurança social	117 146,88	140 380,89
Fundo garantia salarial	10 923,37	6 263,37
Outras tributações	187,82	187,82
Total	284 880,36	256 932,96

17.11. Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Outras contas a pagar	Valor
Credores por acréscimos de gastos	207 847,04
Credores diversos-Fornecedor	3 940,47
Credores diversos-Colaborador	(305,32)
Credores diversos-Outra Entidade	(1 855,21)
Reembolso Despesas	692,12
Total	210 319,10

Os saldos positivos nas rubricas “Credores diversos” representam valores que a APF tem em dívida, deste modo os saldos negativos obtidos nas rubricas “Credores diversos-Colaborador” e “Credores diversos-Outra Entidade” deverão ser alvos de um acompanhamento em 2021 de modo a se conseguir solucionar os mesmos.

A rubrica “Credores por acréscimo de gastos” desdobra-se da seguinte forma:

Detalhe dos acréscimos de gastos	Valor
Remunerações a liquidar:	
Estimativa f+sf	136 099,84
Encargos seg social	30 350,26
Recursos Humanos Externos	1 567,97
Rendas e alugueres-Renda Escritório	2 346,19
Outros gastos	37 482,78
Total	207 847,04

A utilização e existência desta conta prende-se com a regra de especialização dos exercícios. Rendimentos e gastos devem ser reconhecidos no ano a que dizem respeito, independentemente dos seus fluxos financeiros.

17.12. Outros Passivos Financeiros

Não aplicável.

17.13. Subsídios, doações e legados à exploração

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

17.14. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020 foi a seguinte:

Fornecimentos e serviços externos	2020	2019
Subcontratos	0,00	505,21
Serviços especializados:		
Trabalhos especializados	17 941,74	36 174,33
Publicidade e propaganda	691,26	177,00
Vigilância e segurança	1 162,11	1 373,31
Honorários (colaboradores externos)	302 177,49	291 610,33
Comissões	0,00	258,38
Conservação e reparação	2 944,08	2 869,73
Serviços bancários	483,58	1 386,43
Outros serviços especializados	474,41	208,92
Materiais	13 999,25	15 386,20
Energia e fluidos:		
Eletricidade	12 340,44	10 796,42
Combustíveis	7 063,85	11 192,53
Água	4 117,56	4 033,75
Outros energia e fluidos	153,00	0,00
Deslocações, estadas e transportes	20 225,96	32 969,90
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	61 619,23	55 820,18
Comunicação	20 737,14	17 844,23
Seguros	4 789,30	5 063,43
Contencioso e notariado	258,07	122,00
Limpeza, higiene e conforto	17 222,44	11 933,68
Outros serviços	55 156,98	49 045,19
Total	543 557,89	548 771,15

De um modo geral, de 2019 para 2020 verificou-se uma redução dos valores totais da rubrica “Fornecimentos e serviços externos”.

Destacar as reduções obtidas em rubricas como “Deslocações, estadas e transportes”, “Trabalhos especializados”, “Combustíveis”, redução esta explicada pela gestão como um resultado de uma política de sensibilização para a contenção de despesas desta natureza.

Em sentido contrário, houve aumentos nas rubricas como “Rendas e alugueres”, “Honorários (colaboradores externos)”, “Limpeza, higiene e conforto”.

17.15. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Outros rendimentos e ganhos	2020	2019
Patrocínios	500,00	12 246,48
Donativos	129 012,79	83 380,16
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 178,62	23,80
Correcções relativas a exercícios anteriores	4 918,27	31 454,12
Restituição de impostos	7 173,05	485,77
Outros não especificados	62,08	1 171,28
Total	142 844,81	128 761,61

Relativamente aos donativos:

Tipo de donativo	Valor
Em espécie	83 458,26
Em numerário	45 554,53
Total	129 012,79

Donativos por região/delegação	Valor
Sede	86 791,05
Norte	204,42
Algarve	41 967,32
Lisboa	50,00
Total	129 012,79

Destaca-se a redução considerável de rubrica “Correcções relativas a anos anteriores”. As correcções registadas dizem respeito não só a correcções de erros, mas na sua maior parte, a sua utilização prende-se com a obrigação legal de especialização de exercícios. As atividades da APF sendo plurianuais, há necessidade contabilística de reportar documentos e movimentos de ganhos aos anos respetivos.

Esta redução pode ser explicada pelo esforço por parte da gestão em incrementar o rigor contabilístico.

17.16. Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Outros gastos e perdas	2020	2019
Impostos	737,50	631,43
Correções relativas a exercícios anteriores	9 720,03	62 589,01
Quotizações	650,00	0,00
Despesas não documentadas	0,00	875,94
Despesas indevidamente documentadas	279,39	0,00
Multas fiscais e não fiscais	6 792,33	550,08
Outras penalidades	7 681,00	5 302,47
Outros gastos e perdas	29,02	33,13
Outros gastos e perdas – financiadores:		
Direção Geral da Saúde	53 891,65	2 249,14
SICAD	3 161,89	6 425,00
Instituto da Segurança Social, IP	0,00	5 834,64
Município de Lisboa	0,00	3 402,49
Daphne	0,00	350,00
PT 2020	24 353,61	0,00
Total	107 296,42	88 243,33

Mais uma vez destaca-se a redução obtida na rubrica “Correções relativas a anos anteriores”, resultante de igual modo, na tentativa de aumentar o rigor contabilístico.

17.17. Resultados Financeiros

No período de 2020 não foram reconhecidos gastos nem rendimentos relacionados com juros e similares.

17.18. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020. Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

18.-Breve comparação orçamento para 2020 e resultados no final do exercício

Rendimentos e Gastos	Notas	31/12/2020 (1)	ORÇAMENTO 2020 (2)	Variação % (1)-(2)
Vendas e serviços prestados	10	100.021,87	41.300,00	142,18%
Subsídios à exploração	12	1.606.597,08	1.553.831,54	3,40%
Variação nos inventários da produção			-	-
Trabalhos para a própria entidade			-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(14.782,78)	-	-
Fornecimentos e serviços externos	17.14	(543.557,89)	(522.182,34)	4,09%
Gastos com o pessoal	15	(1.154.322,26)	(987.449,20)	16,90%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	17.3	(4.706,25)	-	-
Provisões (aumentos/reduções)			-	-
Outras imparidades (perdas/ reversões)			-	-
Aumentos/reduções de justo valor			-	-
Outros rendimentos e ganhos	17.15	142.844,81	-	-
Outros gastos e perdas	17.16	(107.296,42)	-	-
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)		24.798,16	85.500,00	-71,00%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5+6	(2.915,10)	(21.250,00)	-86,28%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)		21.883,06	64.250,00	-65,94%
Juros e rendimentos similares obtidos	17.17			-
Juros e gastos similares suportados	17.17			-
Resultado antes de impostos (EBT)		21.883,06	64.250,00	-65,94%
Imposto sobre o rendimento do período	14	-	-	-
Resultado líquido do período		21.883,06	64.250,00	-65,94%

Descrição	Resultado 2020	Orçamento 2020	Variação %
Subsídios/Protocolos			
DGS	155.826,66	135.000,00	13,37%
SICAD	112.092,83	135.715,30	-21,07%
Segurança Social	450.086,25	302.569,82	32,78%
ACM	19.813,98	-	100,00%
SECI - PT2020/EMES	722.200,97	722.868,12	-0,09%
Câmara Municipal de Lisboa	20.348,37	18.750,00	7,86%
Câmara Municipal do Funchal	21.540,00	5.000,00	76,79%
Câmara Municipal de Matosinhos	52.122,79	25.000,00	52,04%
Câmara Municipal de Albufeira	2.996,86		100,00%
Câmara Municipal de Faro	4.005,63		100,00%
IA Saúde Madeira	5.000,00		100,00%
Câmara Municipal de Portimão	11.880,00		100,00%
IEFP	21.314,86		100,00%
IPPF	7.367,88		100,00%
Total	1.606.597,08	1.344.903,24	16,29%

19.–Indicadores de Gestão

INDICADORES DE GESTÃO	Notas	31/12/2020 (1)	31/12/2019 (2)	Variação % (1)-(2)
Prestação de Serviços				-
Directo dos Dados do Utilizador		95.267,52	63.447,92	50%
Vendas				
Directo dos Dados do Utilizador		4.754,35	1.393,22	241%
Resultados Líquidos				
Directo dos Dados do Utilizador		21.883,06	168.575,21	-87%
Cash-Flow				
Resultados Líquidos + Amortizações e Provisões		18.967,96	172.258,89	-89%
Capital Social				
Directo dos Dados do Utilizador		112.665,66	112.665,66	0%
Activo Total Líquido				
Directo dos Dados do Utilizador		860.591,45	849.935,01	1%
Capitais Permanentes				
Total Capital Próprio + Total Passivo Médio/Longo Prazo		121.649,44	98.580,28	23%
Fundo de Maneio (Lato)				
(Total Activo-Imobilizados) - Total Passivo Curto Prazo		84.821,30	76.000,86	12%
Número de trabalhadores				
Directo dos Dados do Utilizador		54	37	46%
Vendas por Trabalhador				
Vendas / Número Trabalhadores		88,04	37,65	134%
Volume Negócios por Trabalhador				
(Vendas+Prestação Serviços) / Número Trabalhadores		1.852,26	1.752,46	6%

ANÁLISE ECONÓMICA	Notas	31/12/2020 (1)	31/12/2019 (2)	Varição % (1)-(2)
Rentabilidade do Capital Próprio				
Resultados Líquidos / Total Capital Próprio		0,18	1,71	-89%
Rentabilidade Económica				
(Resultados Líquidos+Impostos+Enc. Financeiros) / Total Activo		0,03	0,20	-87%
Rentabilidade do Activo Total				
Resultado Líquido / Activo		0,03	0,20	-87%
Indica o grau de remuneração do investimento total.				
Rentabilidade Global da empresa				
(Resultados Líquidos/Activo Total) x 100		2,54%	19,83%	-87%
Rentabilidade das Vendas				
Resultados Líquidos / (Vendas+Prestação de Serviços)		21,88%	259,98%	-92%
Rendimento do Imobilizado				
(Vendas+Prestação de Serviços) / Imobilizado Líquido		271,59%	287,17%	-5%
Numa empresa há que tirar o máximo proveito do imobilizado. Por isso, interessa que este indicador seja o mais elevado possível.				
Rotação do Activo Fixo				
(Vendas+Prestação de Serviços) / Imobilizados		2,72	2,87	-5%
Indica o grau de utilização dos activos. Um rácio muito elevado pode significar que a empresa está a trabalhar perto do limite de capacidade. O inverso pode significar subutilização de recursos.				
Rotação do Activo Circulante				
(Vendas+Prestação de Serviços) / (Total Activo-Imobilizados)		0,12	0,08	55%
Rotação do Capital Próprio				
(Vendas+Prestações de Serviços) / Capital Próprio		82,22%	65,77%	25%
Um alto valor deste indicador indica boa rentabilidade. Deve ser analisado juntamente com a rentabilidade do Capital Próprio. Se as suas evoluções não forem semelhantes há que analisar as políticas de investimento e de vendas.				
Prazo Médio Recebimentos				
Cientes / (Vendas+Prestação de Serviços)		(0,12)	0,08	-251%
Permite acompanhar as consequências da política de crédito concedido pela empresa, ligada à política de promoção de vendas.				
Prazo Médio Pagamentos				
(Fornecedoresx12) / (Custo Existências Vendidas+Custo Matérias Consumidas+Fornecimentos Serviços Externos+Compras Mercadorias e Matérias)		0	0	0%
Expressa a adequação da política de pagamentos da empresa e objectivos de correcto aproveitamento do financiamento e descontos proporcionados pelos fornecedores.				

ANÁLISE FINANCEIRA	Notas	31/12/2020	31/12/2019	Variação %
		(1)	(2)	(1)-(2)
Activo/Passivo				
Activo / Passivo		1,16	1,13	3%
Fundo de Maneio Bruto				
Activo Circulante / Activo Total		95,72%	97,34%	-2%
Informa sobre a capacidade de reacção da empresa a situações de crise. Valores baixos sugerem prudência no investimento e atenção à situação de Tesouraria.				
Autonomia Financeira (se <100% => empresa falida)				
Total Capital Próprio / Total Activo		14,14%	11,60%	-22%
Grau de Dependência				
Total Passivo / Total Passivo e Capital Próprio		85,9%	88,4%	-3%
Independência Financeira / Solvabilidade Total				
Total Capital Próprio / Total Passivo		16,5%	13,1%	-25%
Indica a capacidade da empresa de com os seus próprios meios liquidar as suas dívidas a terceiros. Se este valor não for suficientemente elevado existirá dependência da empresa relativa aos credores da mesma.				
Liquidez Imediata				
(Caixa+Depósitos+Títulos Negociáveis) / Passivo Curto Prazo		23,7%	4,8%	390%
Um valor inferior a 100% indica dificuldades de Tesouraria. Convém diferir prazos de pagamento ou receber quanto antes os créditos suficientes.				
Liquidez Reduzida				
(Activo Circulante-Existências) / Passivo Curto Prazo		110,9%	109,4%	1%
Sendo inferior a 100% alerta para a proximidade de dificuldades de Tesouraria.				
Liquidez Geral				
Activo Circulante / Passivo Curto Prazo		111%	110%	1%
Este indicador não deve ser inferior a 100% porque se o for avizinham-se situações de dificuldades de Tesouraria. Deve-se tentar acelerar a rotação dos stocks e diminuir o volume do mesmo, assim como do activo realizável a curto prazo. Convém ainda preparar o recurso ao crédito.				
Cash-Flow/Vendas				
Cash-Flow / Vendas		399,0%	12364,1%	-97%
Cash-Flow/Volume Negócios				
Cash-Flow / (Vendas+Prestação de Serviços)		19,0%	265,7%	-93%
Financiamento Próprio das Imobilizações (1)				
Imobilizado Líquido / Capitais Permanentes		30,3%	22,9%	-32%
Indica o comprometimento dos capitais permanentes no financiamento das imobilizações. Quando o valor é inferior a 100% significa, geralmente, que a empresa tem capacidade de investimento.				
Financiamento Próprio das Imobilizações (2)				
Imobilizado Líquido / Capitais Próprios		30,3%	22,9%	32%
Na sequência do indicador anterior poderá justificar-se verificar também o grau de imobilização do Capital Próprio. Valores baixos reforçam as conclusões extraídas do rácio anterior.				
Valor Acrescentado Bruto				
Amortizações+Provisões+Enc.c/Pessoal+Enc.Financeiros+IRC+RLE		1.179.120,42	898.209,99	31%
Produtividade				
Valor Acrescentado Bruto / Número de Trabalhadores		21.835,56	24.275,95	-10%

20.–Conclusões

A APF tem vindo a melhorar no que toca aos seus objetivos traçados no seu plano de recuperação financeira e no que toca à sua gestão corrente de ativos e financeira.

Neste ano de 2020 verificou-se uma evolução positiva significativa no que toca à tesouraria pois foi o ano em que o fundo de socorro da segurança social entrou nas contas da APF, assim como grande parte dos valores em dívida de projectos foram liquidados. Desta forma a APF pode liquidar dívidas e dar início a procedimentos sérios no que toca ao controlo da sua gestão operacional e financeira.

A continuar a tendência, prevê-se o ano de 2021 como um ano de contínuo melhoramento e aumento de saúde financeira, podendo proceder a novos projectos internos e externos que aumente a visibilidade da APF ao público e promova a defesa das causas pelas quais a APF existe.

Pela Direção Nacional

Certificação Legal de Contas
